



HAL
open science

Amazônias brasileiras: estudos do projeto DURAMAZ sobre a diversidade amazônica

François-Michel Le Tourneau, Otávio Do Canto

► **To cite this version:**

François-Michel Le Tourneau, Otávio Do Canto. Amazônias brasileiras: estudos do projeto DURAMAZ sobre a diversidade amazônica. Amazônias brasileiras, Situações locais e evoluções, vol. 1 Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, pp.19-35, 2019, 978-85-88998-73-5. halshs-02352689

HAL Id: halshs-02352689

<https://shs.hal.science/halshs-02352689>

Submitted on 7 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

AMAZÔNIAS BRASILEIRAS: ESTUDOS DO PROJETO DURAMAZ SOBRE A DIVERSIDADE AMAZÔNICA

F.-M. Le Tourneau

Otávio do Canto

A definição espacial da chamada Amazônia Legal surge com a Lei nº 1.806, de 06.01.1953, que marca a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Mas é a partir da Lei nº 5.173 de 27.10.1966, que a Amazônia Legal passa a se impor como região de atuação político-administrativa de uma nova instituição de planejamento e promoção do desenvolvimento regional: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região, que possui área correspondente a 5.020.791 km² (cerca de 60% do território brasileiro), é composta por 772 municípios distribuídos ao longo de nove estados: Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Oeste do Maranhão. E, nesse contexto, é mais apropriado considerar a pluralidade e falarmos de amazônias brasileiras, como já abordado por vários autores – a exemplo de Maués (1999), Gonçalves (2001) e Canto (2012; 2016).

Ao longo da história, essa questão se manifesta tanto ao considerar a complexidade dos ambientes como pelos avanços e mudanças estruturais da região. De acordo com Becker (2007), destacam-se três aspectos de mudanças estruturais na história recente da chamada Amazônia: a) a conectividade; b) a econômica; e, c) a estrutura de povoamento. A conectividade se expressa, até as décadas de 1950, pela intensa relação com o exterior e muito pouco com o resto do Brasil, com o qual não havia conexões terrestres, via estradas. Até esse período, os produtos amazônicos se dirigiam principalmente para o continente europeu, a exemplo do circuito econômico da borracha (*Hévea brasiliensis*). Nessas circunstâncias, as principais cidades da região, Belém

e Manaus, de certo modo, procuravam reproduzir o estilo de vida europeu, dentre eles no aspecto arquitetônico, em que a chamada *belle époque* ilustrava bem essa condição. A conectividade, da qual Becker (2007) se refere, é estimulada pela construção das estradas, com destaque para Belém-Brasília (BR-010), Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), todas elas construídas a partir do final da década de 1960. No entanto, o mais importante instrumento de conectividade se deu a partir das redes de energia e telecomunicações, permitindo conexões mais rápidas e eficientes da região com o restante do Brasil e com o mundo.

A segunda mudança estrutural, promovida pela transformação de uma economia extrativista tradicional para um extrativismo com alta tecnologia, provoca – dentre outros fatores – conflitos socioambientais de grande monta. Dessa maneira, nas amazônias brasileiras são explorados diversificados recursos naturais, com destaque para os de origem mineral, executados por pequenas e grandes empresas, como as do porte da Companhia Vale, Mineração Rio do Norte (MRN) e *Aluminum Company of America* (ALCOA), entre outras (CANTO, 2012). Além do mais, a região apresenta uma das maiores produções de bens de consumo duráveis do Brasil, com o complexo industrial da Zona Franca de Manaus. Além disso, a partir da década de 1990, passaram a se destacar os produtos derivados do agronegócio. Essa grande mudança estrutural pode ser observada ao comparar os mapas do final da década de 1960 (Figura 1), 1970 (Figura 2) e 2015 (Figura 3).

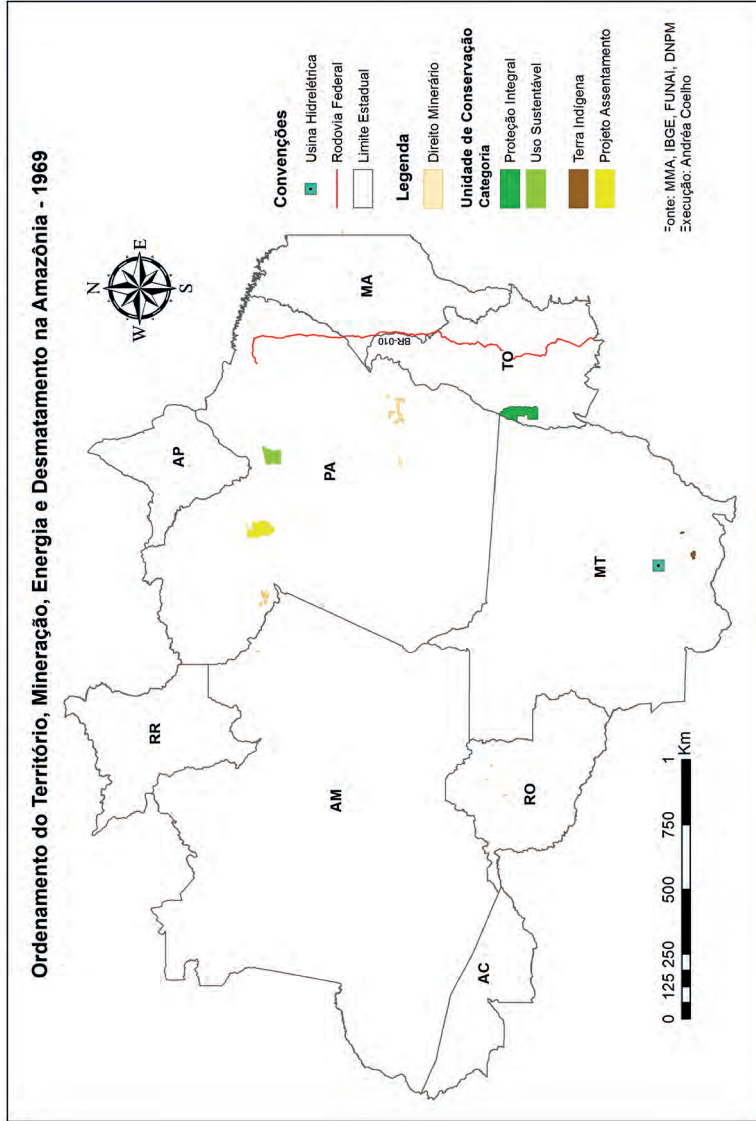


Figura 1: Mapa das Dinâmicas Territoriais da Amazônia Brasileira - 1969.
Fonte: Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA)/UFPA, MPEG, EMBRAPA.
Elaboração Andréa dos Santos Coelho, 2018.

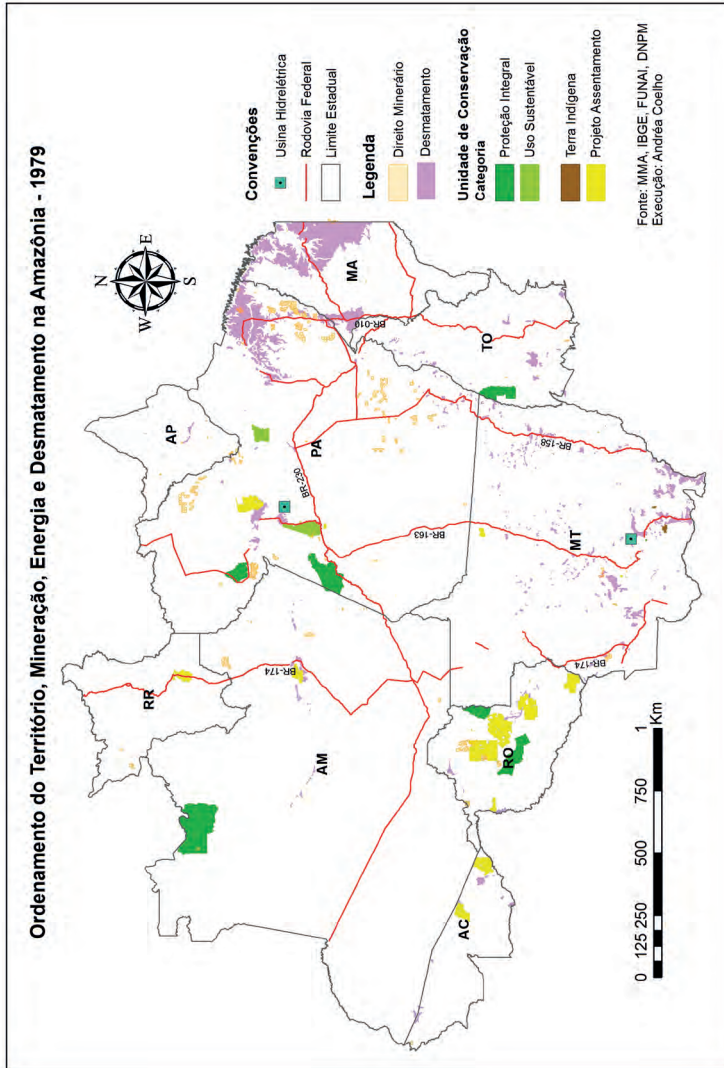


Figura 2: Mapa das Dinâmicas Territoriais da Amazônia Brasileira - 1979.
Fonte: Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PGCA)/UFPA, MPEG, EMBRAPA.
Elaboração Andréa dos Santos Coelho, 2018.

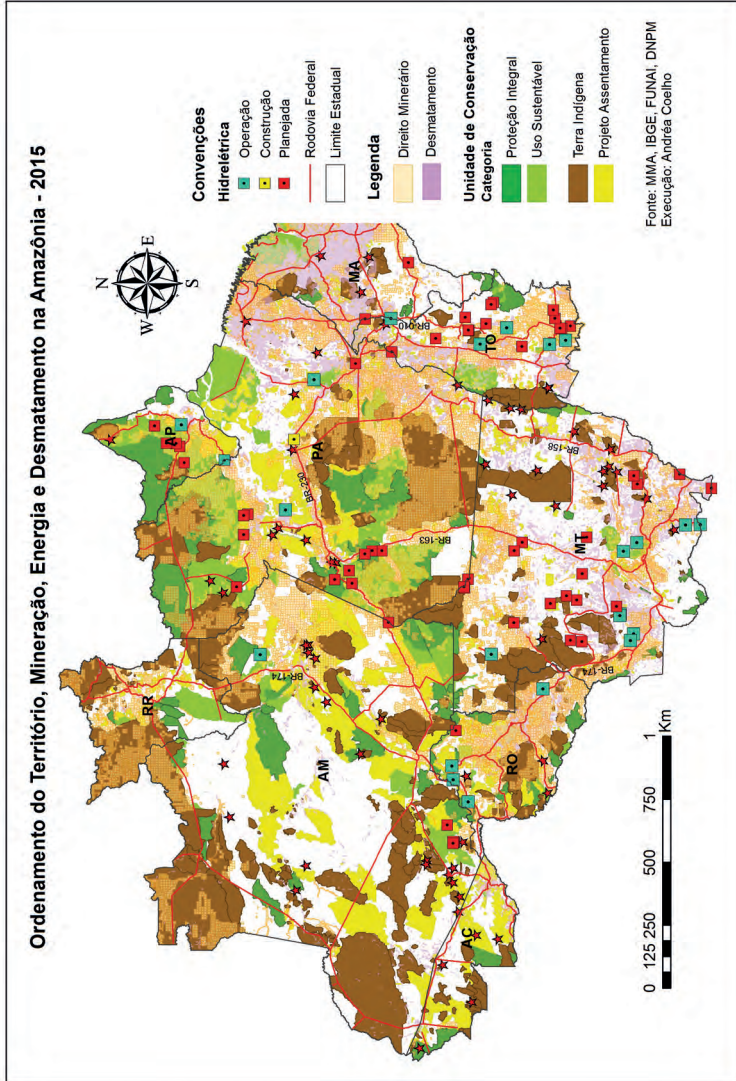


Figura 3: Mapas das Dinâmicas Territoriais da Amazônia Brasileira - 2015.
Fonte: Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA)/UFPA, MPEG, EMBRAPA.
Elaboração Andréa dos Santos Coelho, 2018.

A terceira mudança estrutural importante nas amazônias brasileiras está vinculada à estrutura de povoamento. Destacando-se a superação da população rural pela urbana, registrada no Censo Demográfico de 1991, quando a população urbana atingiu 9.580.105 (55,74%) habitantes e a rural, 7.607.935 (44,26%). No Censo 2010, essa diferença se acentuou ainda mais - 18.294.459 (71,81%) habitantes na zona urbana e 7.179.906 (28,19%) na rural. Tal evolução pode ser constatada a seguir (Gráfico 1) elaborado a partir dos dados do IBGE, considerando os censos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Portanto, constata-se que a população urbana vem crescendo, cada vez mais, em relação à população rural. Hoje, a região é habitada por uma população predominantemente urbana. Dessa maneira, as cidades, gradativamente, passaram a comandar os modos de vida nas amazônias brasileiras e não mais os rios, como protagonizou Leandro Tocantins em seu livro “O rio comanda a vida” (1952).

Outro aspecto relevante do ponto de vista da estrutura de povoamento está vinculado à sua espacialização. No passado, o povoamento ocorria principalmente seguindo os cursos dos rios. Não obstante, ocorreu uma reorientação de povoamento a partir da abertura dos grandes eixos rodoviários, tais como a rodovia Belém-Brasília, Transamazônica, etc. Uma nova forma de ocupação e dinamização econômica ajudou não só a mostrar as diferenças existentes, mas também produziu novas contradições, entre as quais o acirramento pelo uso da terra e apropriação dos recursos naturais, estimulando conflitos socioambientais de diferentes ordens. Considerando essa multiplicidade espacial amazônica, o Projeto “Determinantes do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira” (DURAMAZ) desenvolveu uma série de estudos, em diferentes lugares e com diversos pesquisadores franceses e brasileiros, buscando contribuir para a compreensão dessa grande diversidade imposta pela complexidade dos ambientes e pelas múltiplas formas de apropriação e uso dos recursos naturais nas amazônias brasileiras.

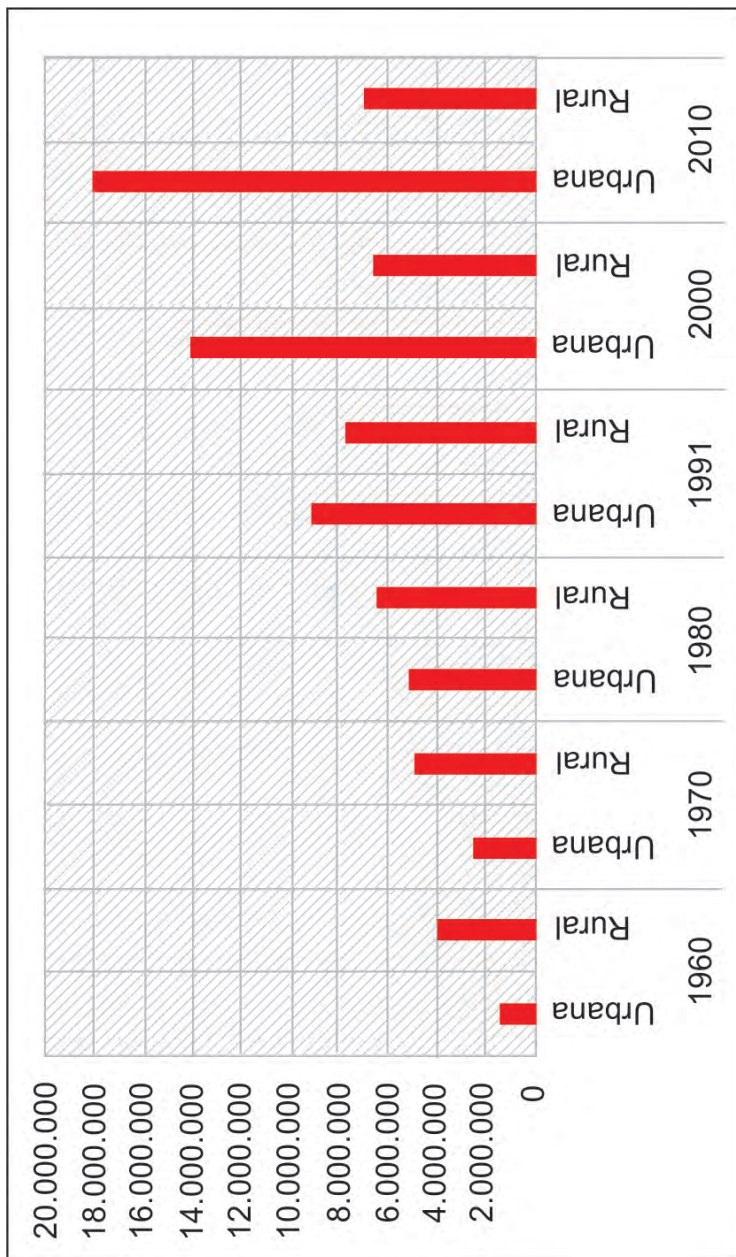


Gráfico 1: Amazônia Legal - população urbana e rural, 1960-2010.
Fonte: Elaborado pelos autores, dados do IBGE (1960-2010), 2017.

O Projeto DURAMAZ iniciou suas atividades em 2007 com financiamento do governo francês, por meio da Agência Nacional de Pesquisa (ANR)¹. Dessa maneira, foi possível estruturar uma rede de instituições francesas e brasileiras para colaborarem em um projeto ambicioso: estudar 13 diferentes locais nas amazônias brasileiras, onde houve investimentos em prol do desenvolvimento sustentável e tentar avaliar os impactos diretos e indiretos que tais projetos tiveram nas sociedades locais. Em 2010, concluiu-se o projeto e realizou-se a publicação de um livro², dentro do qual destacava-se um sistema de indicadores locais de sustentabilidade que permitia a comparação entre as diversas situações.

Em 2011, os parceiros do DURAMAZ resolveram propor uma segunda fase do projeto que também foi aceita pela ANR³. O objetivo era manter os princípios que fizeram o sucesso e a originalidade da primeira fase, dentre os quais a abordagem de um número importante de sítios de estudo assim como a realização de intensivos trabalhos de campo, conforme detalhes que serão apresentados posteriormente. O projeto também sofreu modificações para ficar mais adequado às realidades amazônicas. Por fim, houve muitas instituições colaboradoras, envolvendo diversas instituições de pesquisa nas amazônias e se estendeu até os Estados Unidos.

Passados quatro anos, essa segunda fase acabou deixando a sensação de uma curta temporada para quem se envolveu no projeto e se deparou com mudanças tão fortes em cada local de pesquisa. Nesse sentido, pareceu-nos que muito mais tempo seria necessário para entender e explicar uma realidade tão complexa, imposta pela grande diversidade das amazônias brasileiras. Conforme se verá adiante, a maioria dos locais estudados no projeto DURAMAZ 1 foram revisitados, o que permitiu uma comparação ponto a ponto das condições encontradas na primeira e na segunda fase. Essa condição demonstrou a riqueza das reobservações no campo das ciências

¹ Projeto ANR-06-BLANC-176.

² DROULERS, Martine; LE TOURNEAU, François-Michel (Dir.). **L'Amazonie brésilienne et le développement durable**. Paris: Belin, 2010. 477 p. (Mappemonde).

³ Projeto ANR-11-BSH1-0003.

sociais e da realização de acompanhamentos de longa duração, tanto com dados qualitativos quanto com dados quantitativos.

O objetivo deste livro é apresentar os principais resultados, tanto em termos de análise temática quanto em termos mais “vivididos”, apresentando uma síntese dos trabalhos de campo. Por meio desses dois tipos de abordagem, o leitor poderá ter uma visão do quanto a situação mudou nas áreas rurais das amazônias estudadas, em quase 10 anos e, quais os principais motores dessas mudanças. Essa visão é única na literatura a respeito das amazônias brasileiras, pela importância de amostrar os sítios estudados, no âmbito do projeto DURAMAZ e pela sua enorme diversidade. Os lugares de pesquisa espalham-se em quase todos os nove estados amazônicos e abordam de aldeias indígenas a áreas de grande agricultura mecanizada. A identificação de traços comuns em tamanha diversidade geográfica e social nos leva a ter confiança nos resultados da pesquisa, assim como a ressaltar a força dos fatores que propiciam as mudanças.

Antes de apresentar tais resultados e análises, usaremos essa introdução para apresentar com mais detalhes três pontos que poderão ajudar o leitor a entender melhor a proposta DURAMAZ. Em primeiro lugar, detalhamos os objetivos particulares da segunda fase em relação à primeira fase do projeto e o porquê dessa reorientação. Em segundo lugar, apresentamos brevemente a metodologia do projeto para que o leitor possa entender como foram obtidos os dados em cima dos quais fundamentam-se as análises. Por fim, apresentamos brevemente a amostra de sítios que foi estudada e as razões pelas quais foram escolhidos inicialmente.

De DURAMAZ 1 a DURAMAZ 2: mudanças nos objetivos

O projeto DURAMAZ 2 vem como uma segunda etapa do projeto DURAMAZ 1, no qual foram estudados 13 sítios, com a finalidade de mostrar os efeitos dos investimentos realizados e de promover o desenvolvimento sustentável nesses locais. A análise foi fundamentada em cima de uma abordagem mista que tinha uma vertente quantitativa, com a coleta de dados

em campo e a tabulação em extensos bancos de dados e outra qualitativa, na qual as percepções das equipes que trabalharam em campo era privilegiada. Um dos desafios dessa abordagem era permitir uma comparação entre sítios muito diversos do ponto de vista social, ambiental ou econômico.

Apesar de manter essa abordagem mista, a segunda fase do projeto foi relativamente diferente da primeira, visto que as amazônias brasileiras evoluíram bastante no período da pesquisa. Nesse sentido, as reflexões progrediram bastante no campo das análises do desenvolvimento. De um lado, financiamentos destinados explicitamente a impulsionar um desenvolvimento sustentável tendem a ser bem menores hoje, enquanto os financiamentos ligados à política social do Brasil ou a grandes projetos de infraestrutura cresceram sobremaneira. Hoje, os fatores de transformação das sociedades locais residem mais nessas novas oportunidades do que em programas promovidos por organizações não governamentais (ONGs), pela cooperação internacional ou no âmbito da política ambiental, apesar desses sujeitos não terem desaparecido totalmente. Esse novo contexto questiona de maneira diferente o modelo econômico e social das amazônias brasileiras, mas a questão da sustentabilidade continua sendo pertinente hoje, especialmente se considerarmos as mudanças na relação entre os modos de vida e os ambientes amazônicos.

Por sua vez, a reflexão sobre a sustentabilidade privilegia cada vez mais estruturas perenes de observação. De fato, muitas das dinâmicas ligadas à sustentabilidade implicam num horizonte de tempo que remete a médio ou a longo prazo. Dessa forma, registrar tendências significativas e dispor de dados que sejam pertinentes, tanto na área social quanto na área ecológica ou climática, exige um horizonte de observação que excede alguns anos para se estender ao longo de décadas. Por isso, muitas agências estabelecem hoje “observatórios”, ou seja, estruturas permanentes destinadas a acompanhar determinadas áreas com a finalidade de registrar uma grande quantidade de dados ao longo do tempo.

Com base nesses elementos, o programa DURAMAZ 2 optou por realizar uma reobservação dos sítios estudados na primeira fase, complementando-os, na medida do possível, com a inclusão de aspectos que não foram tratados na

primeira seleção de sítios (em particular áreas periurbanas). Tal opção mudou o foco da pesquisa. De fato, se quiséssemos continuar no estudo dos efeitos dos programas ligados ao desenvolvimento sustentável, teríamos que olhar para novas áreas onde tais investimentos existem, já que em muitas áreas estudadas na primeira fase esses projetos foram descontínuos ou perderam importância frente a outros fatores de mudança. Optamos por manter a amostra inicial e tirar proveito do fato das observações iniciais permitem uma análise detalhada das mudanças. Assim, o foco geral do projeto passou do estudo dos impactos dos projetos de desenvolvimento sustentável para a reobservação de uma amostra diversificada de sítios que constituem em cada um deles uma janela sobre as evoluções em curso nas diversas amazônias brasileiras. Como no programa DURAMAZ 1, isso nos levou ao cálculo de um conjunto de indicadores de sustentabilidade que demonstram as mudanças ocorridas durante o intervalo de aproximadamente cinco ou seis anos entre as duas fases do projeto.

Além da reobservação dos sítios e da identificação das mudanças ocorridas, o projeto DURAMAZ 2 também pretende contribuir para um melhor entendimento de algumas problemáticas que parecem ganhar importância na Amazônia. São elas, em primeiro lugar, a questão da análise institucional das comunidades locais, com destaque nas regras internas de uso dos recursos naturais e da terra; em segundo lugar, a questão da percepção das mudanças climáticas pelos moradores dos diferentes sítios; em terceiro lugar, a questão da circulação, mobilidade e novas relações que se estabeleceram entre as áreas rurais e as cidades e, por fim, a questão do uso da biodiversidade.

A proposta e metodologia do projeto DURAMAZ 2: enfoque no trabalho de campo

A abordagem do projeto DURAMAZ alia uma perspectiva de ciências sociais a uma perspectiva espacial. O ponto de partida consiste na observação de grupos sociais, que formam ou não uma “comunidade”, cujos limites podem ser definidos claramente por características comuns e compartilhadas entre os seus membros: participação de atividades econômicas particulares,

coresidência no mesmo espaço, adesão ou pertencimento a uma associação ou a uma forma de organização sócio espacial diferente, etc. Um sítio não precisa preencher todos os critérios; a presença de alguns é suficiente.

Os sítios de estudo são definidos em função da área de uso desses grupos sociais. Trata-se de espaços que variam em tamanho de alguns quilômetros quadrados. A característica comum é que eles são áreas onde os grupos sociais identificados pelo projeto exercem suas atividades e onde, por consequência, eles influenciam no meio ambiente. Tal influência não é necessariamente exclusiva, embora seja o caso em vários deles. Em função dessa definição, cada sítio do projeto DURAMAZ pode ser considerado como um “sistema sócio ecológico” (OSTROM, 2009) específico, cujo funcionamento e evolução é o objeto da nossa análise. A presença e a influência de fatores externos aos grupos sociais estudados, bem como a dominação ou não do grupo na área considerada, são variáveis que complexificam a análise.

Dentro de cada sítio, a relação entre as condições de vida e o meio ambiente são o foco principal das observações. Postulamos que, de acordo com a definição clássica, a sustentabilidade decorre de um equilíbrio entre a preservação das condições ambientais e o melhoramento do quadro de vida. Por isso, os dados coletados em campo contemplam as dimensões ecológicas, econômicas e sociais assim como elementos que remetem à governança, ou seja, à política local.

A metodologia do projeto procurou incluir diversas escalas para coleta de dados e análises. O nível mais geral é o da “área contexto” definida para cada sítio (Figura 4), cuja área é proporcional; mas também leva em conta outros fatores, tais como divisas internacionais, limites administrativos, etc. Dados de sensoriamento remoto foram coletados para a área contexto e os sítios, com o intuito de compará-los. A nível dos sítios, cujo tamanho varia de alguns milhares a centenas de milhares de hectares, informações gerais foram coletadas em campo sobre a situação institucional (quais sujeitos são presentes, qual a sua atuação?), assim como a configuração geral do sítio com a realização em muitos lugares de mapas comunitários, permitindo a identificação de conflitos ou o estudo do uso local dos recursos.

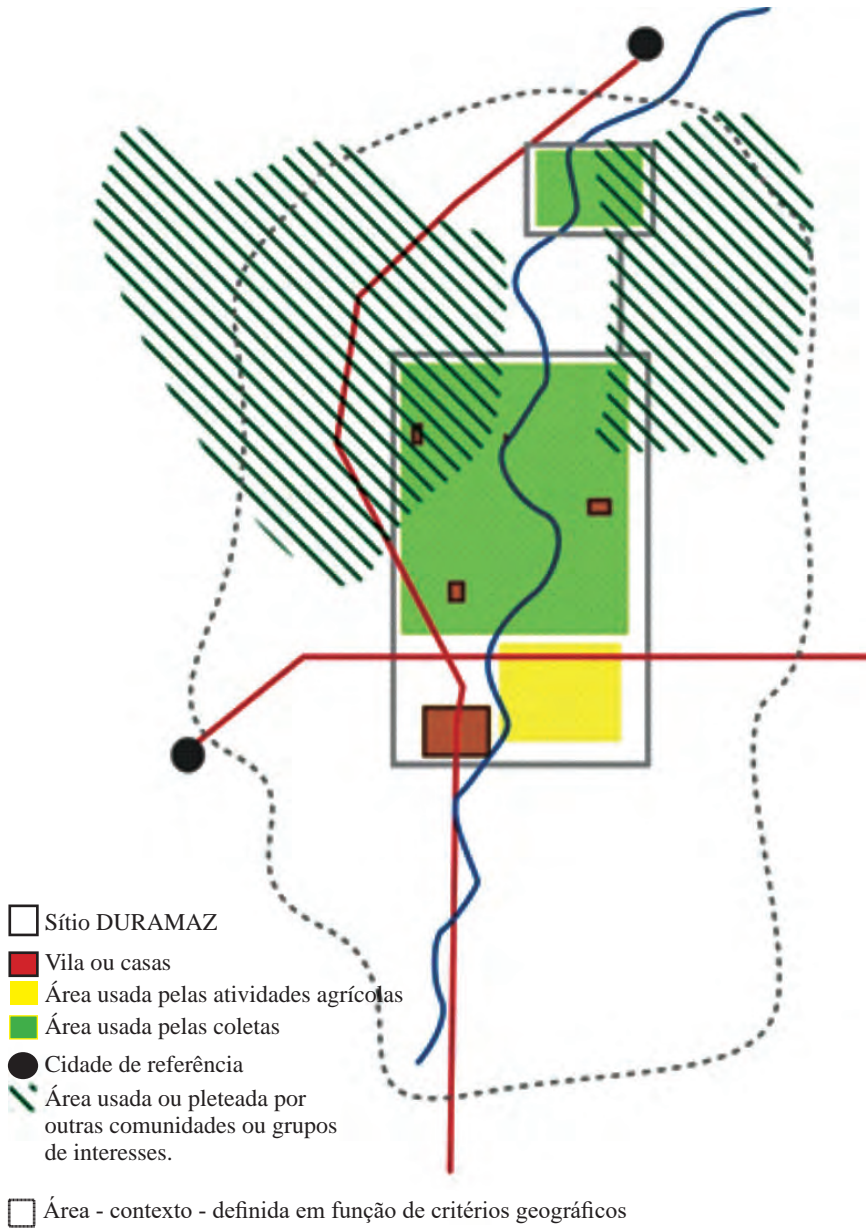


Figura 4: Representação esquemática de um sítio DURAMAZ e a sua zona de contexto.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

A maioria dos dados socioeconômicos foram coletados a nível de moradias por meio de um questionário específico. Este foi revisado em relação ao projeto DURAMAZ 1 para ficar mais adequado à situação atual e às novas temáticas de trabalho, permitindo ainda assim a comparação e o cômputo dos indicadores desenvolvidos na primeira fase. Esses dados foram complementados com outro questionário a nível dos indivíduos. As regras de amostragem foram de entrevistar todas as moradias em sítios onde as comunidades contam com menos de 75 casas, e de realizar uma amostragem que possa representar de maneira adequada a variedade das situações em sítios que contam acima desse número. Em cada casa que participava da amostra, tentava-se realizar um questionário individual com o chefe de família e o seu cônjuge, assim como um filho e uma filha com mais de 15 anos de idade (se tivesse). Sendo assim, os questionários individuais permitiram explorar as diferenças de comportamento e percepção entre os pais e os filhos. Indicadores foram elaborados a partir desses dados e são analisados no volume 2.

O enfoque dado à pesquisa de campo no projeto DURAMAZ pode ser percebido pelos números: além de 13 sítios de estudo, foram entrevistadas 732 moradias e 1 262 indivíduos, e registradas informações sobre 2 258 pessoas no total, já que o projeto analisou também a residência de todos os membros das famílias entrevistadas. O conjunto das equipes de campo soma mais de 50 pesquisadores e associa mais de 10 instituições de pesquisa sediadas no Brasil – Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Amazonas (UFAM); na França – Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (CREDA), Climat et Occupation du Sol par Télédétection (COSTEL), Patrimoines Locaux et Gouvernance (PALOC), Espace pour le Développement (ESPACE-DEV) e, nos EUA – Indiana University (IU). Os trabalhos de campo foram conduzidos por equipes pluridisciplinares que incluíam pesquisadores experientes, jovens pesquisadores e estudantes. Em geral, pelo menos uma pessoa conduziu um trabalho de mais longa duração no sítio, podendo ela, além da coleta dos dados, perceber as dinâmicas internas do local e inseri-las no quadro de análises.

Há de anotar aqui a crescente participação dos próprios membros das comunidades na pesquisa. Em São Francisco do Itatapuru ou em Moikarako, por exemplo, os questionários foram aplicados por membros da comunidade, ora parcialmente, ora completamente. Além disso, as associações de moradores mostraram-se muito receptivas à proposta do projeto DURAMAZ, muito mais quando se tratava de sítios estudados anteriormente. Na medida em que a maioria deles lamentou a publicação do primeiro livro unicamente em francês, foi decidido que a publicação dos resultados da segunda fase seria em português para que eles possam ter um maior retorno sobre os resultados e as análises.

A prioridade dada ao trabalho de campo em relação às informações que seriam colhidas por outros meios (estatísticas do IBGE, fontes secundárias, etc.) faz com que as visões das situações locais, apresentadas aqui, possam ser consideradas como um olhar interior, ou pelo menos bem informado, em relação a um olhar externo que é privilegiado na maioria dos estudos comparativos envolvendo muitos casos na mesma análise. O projeto DURAMAZ fundamenta-se principalmente em cima de dados primários originais produzidos no âmbito de seus trabalhos de campo. Tais dados são interpretados por meio de análises qualitativas, mas também quantitativas, sendo que a comparação entre os resultados dessas duas abordagens constitui uma das suas linhas. Tal postura traz, ao mesmo tempo, dificuldades, pois nem sempre as duas vertentes são totalmente coerentes.

Para minimizar os vieses inerentes à colaboração de diversas equipes de campo com formação e *background* de pesquisas diferentes, todas as etapas foram descritas detalhadamente dentro de um manual de campo que também explicitava o modo de usar dos diversos questionários. A padronização dos trabalhos de campo - adaptada às circunstâncias, como deve ser tratando-se de áreas muitas vezes distantes e de difícil logística - é uma das marcas do projeto DURAMAZ e é um fator essencial, pois ela permite a comparação entre os sítios, fazendo com que possamos propor não somente um catálogo de situações, mas uma verdadeira análise comparativa.

13 janelas e uma visão única sobre a diversidade amazônica

A diversidade da amostra dos sítios DURAMAZ é, ao mesmo tempo, sua maior qualidade e sua maior dificuldade, pois eles constituem, ao mesmo tempo, um caleidoscópio e uma síntese da situação contemporânea das amazônias. Ao iniciar o projeto DURAMAZ 1, escolheu-se de fato diversificar ao máximo as experiências de desenvolvimento sustentável que seriam analisadas, em vez de constituir uma amostra de vários casos que seriam objetos do mesmo tipo de projetos. Se de um lado aquela opção trazia o perigo de sempre cair em idiossincrasias que não poderiam levar a conclusões gerais, por outro lado permitia uma visão geral do tema em toda a região amazônica e em todos os tipos de situações sociais, o que raramente (até nunca) existe nos estudos sobre a região, em geral bastante compartimentados.

Inicialmente, portanto, incluiu-se sítios que participassem de programas, tais como: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil 7 (PPG7) – Iratapuru, Watoriki, Alta Floresta; Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) – Juína; Programas de ONGs – Sorriso Vivo; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Tupé, Mamirauá, Iratapuru; Área de Proteção Ambiental (APA) Igarapé Gelado; Reserva Extrativista (RESEX) Ciriaco; Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança; Projeto de Assentamento (PA) Margarida Alves; Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Chico Mendes. A amostra comportava também duas aldeias indígenas semi-isoladas (Moikarako e Watoriki), cada uma inserida em distintos projetos e contextos regionais. Como se vê nessa enumeração, os temas e iniciativas se sobrepunham, na medida que um mesmo sítio responde às várias vertentes de análises. Em todos esses sítios, encontra-se grande variedade de atores sociais e econômicos, desde associações locais e cooperativas (às vezes rivais ou concorrentes) até instituições municipais e estaduais (secretarias de meio ambiente) e federais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A maioria dos sítios foi reconduzida pelo DURAMAZ 2. O sítio de Alta Floresta foi substituído pelo de Carlinda, com características semelhantes e, por razões operacionais, o sítio de Watoriki foi abandonado. No mais, optou-se por acrescentar duas situações a cada margem do rio Oiapoque para abordar a questão tanto das áreas periurbanas, quanto a dos diferenciais de desenvolvimento entre duas áreas distintas. A pergunta, nesse caso, era tanto metodológica quanto analítica: em que medida a metodologia DURAMAZ era robusta o suficiente para dar conta dessas assimetrias? Seria válida fora do contexto brasileiro?

O conjunto das análises sobre cada local, nas amazônias brasileiras, foi realizado de maneira coordenada, considerando que as sínteses de campo (volume 1) seguissem a mesma estrutura, dando ao leitor informações coerentes sobre os temas de interesse do projeto. Dessa forma, em conjunto com as análises temáticas do volume 2, dão uma visão de como a situação de 13 lugares espalhados pelas amazônias brasileiras evoluíram em oito anos, grosso modo entre 2007 e 2015. As mudanças ocorridas são o produto de dinâmicas locais, obviamente, e dificilmente poderiam ser comparadas nesse sentido. Mas fica evidente quando se vê a coerência dos fatos observados em quase todos os sítios e nos fatores que os explicam; a interação com o contexto geral das políticas brasileiras voltadas para as amazônias, assim como a situação econômica da região, são hoje em dia os maiores fatores explicativos. As dinâmicas locais reagem a estes, de maneira cada vez mais sincronizada e coerente. Talvez seja essa a maior observação que perpassa todos os estudos de caso: a emergência de múltiplas amazônias, cada vez mais articuladas com as cidades (onde as pessoas até encomendam, via internet, sementes para plantar) e que não mais se colocam como um “fim de mundo”.